

A Investigação em sistemas de arquivo organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias de Portugal

Pedro Penteadó

Resumo

O artigo apresenta alguns resultados e reflexões decorrentes da investigação que o autor tem em curso sobre os sistemas de arquivo das Misericórdias de Portugal. Para o efeito, começa por especificar diversos pressupostos teóricos da sua abordagem, define a sua perspectiva arquivística e traça uma genealogia das mudanças epistemológicas que a possibilitaram. Identifica ainda os conceitos base com que trabalha, detalhando os elementos dos sistemas de informação de arquivo existentes em contextos organizacionais.

No que diz respeito ao caso das Misericórdias, depois de referir a missão e o papel destas instituições na sociedade contemporânea, define os principais traços da sua configuração orgânico-funcional, realçando a sua tendência para a departamentalização funcional, a que corresponde, em geral, uma estrutura pluricelular de arquivo, acompanhada de uma crescente descentralização física e de autoridade e responsabilidade sobre a informação arquivística. Este factor, associado a outros problemas diagnosticados nos sistemas de arquivo destas organizações, conduz a uma perspectiva sectorial e fragmentada da informação necessária à gestão das Misericórdias, tornando esse processo menos eficaz, mesmo em situações que o Estado português financia e procura controlar. Por fim, são sugeridas algumas soluções para os problemas apresentados.

Abstract

Introdução

Este artigo insere-se no âmbito de uma pesquisa mais vasta e de longa duração, com vista ao doutoramento em Arquivística, na Universidade do Porto (UP), apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e sob a coordenação da Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro, desta Universidade, e do Prof. Carol Couture, da Universidade de Montreal (Canadá). Inclui um conjunto de reflexões de carácter geral sobre o tema proposto e outras de carácter específico, aplicadas ao caso das Misericórdias de Portugal, ambas resultantes do processo de investigação em curso, e divulgadas pela primeira vez no Colóquio “Do documento à informação”, em homenagem ao Prof. Doutor José Marques, decano das Ciências Documentais na Universidade do Porto, cujo labor científico há muito admiramos e a quem agradecemos o estímulo e o apoio demonstrados, desde o início, ao nosso doutoramento.

As Misericórdias, organizações para as quais orientamos, em particular, a nossa análise, são, perante o Direito Canónico, associações de fiéis¹ e possuem, de acordo com o quadro legal do nosso país, o estatuto de instituições particulares de solidariedade social (IPSS), que lhes foi concedido a partir de 1979. De acordo com esta última perspectiva, são entendidas como instituições sem finalidade lucrativa que têm o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos e o objectivo de facultar serviços ou prestações no domínio da segurança social, e a quem o Estado reconhece condições para poderem obter, da sua parte, determinados apoios². Inserem-se, assim, no universo das organizações não governamentais, vocacionadas para o desenvolvimento da Economia Social³, cuja importância social tem crescido nos últimos anos, administrando 77% dos equipamentos sociais em uso no país⁴.

No âmbito deste trabalho, excluímos da nossa apreciação as associações civis e outras instituições que mantêm a designação de Misericórdia mas não possuem os requisitos indicados, como sucede no caso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O artigo parte também de alguns pressupostos que ajudaram a desenhar o seu percurso expositivo e que gostaríamos de explicitar. O primeiro é que é possível a

¹ Podem ser de carácter privado ou público. Sobre o assunto, LOPES, Virgílio Lopes; FONSECA, Carlos Diniz; CALDAS, Fernando - *Natureza jurídica das irmandades da Misericórdia : são associações de fiéis públicas ou privadas?* [S. 1.] : Secretariado Nacional da UMP, 1988 [encontra-se disponível na Internet, no site <http://www.ump.pt> numa área de acesso condicionado (consultado em 1 de Outubro de 2003). O autor agradece a gentileza da UMP na concessão de autorização de acesso à referida área]. Cf. ainda BIGOTTE, José Quelhas - *Situação jurídica das Misericórdias portuguesas*. 2.^a ed. com apêndice. Seia: [s. n.], 1994. Sobre o contexto histórico que permite apreender as diferentes posições sobre o assunto, em Portugal, cf. LOPES, Antónia - *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*. In PAIVA, José Pedro, coord. - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum : fazer a História das Misericórdias*. Lisboa : UMP/CEHR, 2002. vol. 1 (sobretudo p. 107-111).

² Sobre o diploma legal que define as IPSS, de 1979, e a sua alteração em 1983, BARROCO, Maria de Fátima - *Pessoas colectivas e solidariedade social : legislação e diplomas complementares*. Lisboa : Livraria Arco-Íris ; Ed. Cosmo, 1996. p. 95-147 (Dec.-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro e Dec.-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, respectivamente). Cf. Ainda: FREIRE, Manuel Leal - *As Misericórdias e as IPSS em geral, na História, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*. Porto : Ecla, 1995. p. 143.

³ Sobre este, NUNES, Francisco; RETO, Luís; CARNEIRO, Miguel - *O Terceiro sector em Portugal : delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa : Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, 2001. p. 20-41, que apresenta também algumas críticas a esta pressuposta ligação entre a Economia Social e as IPSS.

⁴ PORTUGAL: Ministério da Segurança Social e do Trabalho - *Carta social : rede de serviços e equipamentos : relatório 2001*. Lisboa : MSST/DEPP, 2003. p. 10 [disponível na Internet, no site http://www.depp.msst.gov.pt/carta_social/Relatório_CS.pdf (consultado em 1 de Outubro de 2003)]. Segundo CAPUCHA, Luís, coord. - *ONG's de solidariedade social : práticas e disposições*. Lisboa : REAPN, 1995. p. 19, esta percentagem era de 90% em 1995. A análise da importância específica das Misericórdias, que em Dezembro de 1997 possuíam 1.804 equipamentos nas diferentes áreas de intervenção social, pode ser estudada a partir de União das Misericórdias Portuguesas, *As Misericórdias em Portugal*. Lisboa : União das Misericórdias Portuguesas, 2000. vol. 2, p. 100.

investigação e o conhecimento científico da informação social em sistemas de arquivo, objecto de estudo a que deve ser aplicado um método com vista à obtenção de representações fiáveis do real. É um pressuposto, hoje, cada vez mais, evidente para a maioria de nós. Há alguns anos atrás, não era assim. Começamos, por isso, pela análise de diversas situações que, ao nível epistemológico, permitiram esta mudança, em Portugal, identificando, por fim, onde entroncamos a nossa abordagem.

Segundo pressuposto: as organizações e os seus sistemas de arquivo possuem configurações e relações internas e externas cuja complexidade importa investigar de forma metódica. Esses elementos característicos e essas relações são passíveis de modelação⁵. O processo de modelação não visa a exaustividade, mas antes uma correcta esquematização da situação ou problema que se pretende representar, através da decomposição das suas partes essenciais e da definição de fronteiras, interacções, módulos, níveis de aproximação, etc.⁶. A modelação ajuda a compreender, de forma gradual, e apoiada em diagramas, a totalidade complexa dos sistemas organizacionais, incluindo componentes de natureza arquivística. Neste trabalho são apresentados dois exemplos dos referidos diagramas, elaborados em UML (Unified Modelling Language), uma linguagem normalizada, reconhecida internacionalmente, adequada à representação e visualização de artefactos de sistemas, por níveis de abordagem⁷.

Terceiro pressuposto: A estruturação e o funcionamento de um sistema de arquivo de uma organização varia consoante diversos factores, a exemplo da tipologia destas, da cronologia e do caso em consideração. Neste sentido, analisamos algumas especificidades das Misericórdias portuguesas e dos seus sistemas de arquivo⁸, incluindo exercícios decorrentes de estudos de caso que se encontram em curso no âmbito da nossa investigação de doutoramento.

⁵ Correspondem sobretudo ao segundo módulo de modelação em quatro etapas apresentado pelo francês Daniel Durand em: DURAND, Daniel - *La Systémique*. 8ème éd. corr. Paris : PUF, 1998. p. 64.

⁶ DURAND, Daniel - *Op. cit.*, p. 67, onde se especificam outros itens de uma boa modelação.

⁷ Tencionamos incluir este tipo de diagramas, de um modo mais aprofundado, na nossa dissertação de doutoramento. Sobre UML, cf. NUNES, Mauro; O'NEILL, Henrique - *Fundamental de UML*. 2.ª ed. actualizada e aumentada. Coimbra : FCA, 2003 e VIDEIRA, Carlos Alberto Escaleira; SILVA, Alberto Manuel Rodrigues da - *UML, metodologias e ferramentas CASE*. [S. l.] : Ed. Centro Atlântico, 2001. Agradecemos ao Eng.º Ademar Aguiar, assistente da Faculdade de Engenharia da UP, nosso professor no *Workshop de Modelação de processos*, organizado pela BAD-Norte, juntamente com o Prof. Doutor Gabriel David, a disponibilidade que manifestaram para nos apoiar no uso de UML.

⁸ Os efeitos associados às mudanças estruturais e conjunturais que afectaram estas organizações e os seus arquivos terão maior desenvolvimento na referida dissertação.

1. Para uma genealogia das mudanças epistemológicas

Em Portugal, nos últimos cinco anos, ocorreram diversas alterações significativas no que diz respeito ao quadro de estudo e compreensão da informação de arquivo e dos seus contextos de produção, recolha, organização, armazenamento, recuperação e uso. Entre essas alterações, ao nível epistemológico, destacaria as seguintes, começando pelos principais factos que lhe estão associados:

Em 1998, era publicada a versão portuguesa do manual canadiano de Rousseau e Couture, *Os fundamentos da disciplina arquivística*. O livro, a cuja edição estivemos ligados, definiu a Arquivística como um campo disciplinar que tinha como objecto a informação orgânica registada e os arquivos. Indicava a relação da Arquivística com outras áreas de estudo da informação e outros domínios científicos (salientando a diminuição do espaço de intersecção com a História) e apresentava os principais passos do percurso da disciplina, os seus princípios e abordagens teóricas mais marcantes, a sua terminologia, etc. A obra incentivava a pesquisa no domínio arquivístico, aspecto a que um dos seus autores, Carol Couture, viria a consagrar alguns anos de trabalho⁹. Nas palavras do brasileiro Luís Carlos Lopes, este livro constituiu um marco e um estímulo para os arquivistas se considerarem como cientistas da informação orgânica registada, canalizando a sua atenção para os aspectos teóricos e práticos da sua disciplina. Até então, o território dos arquivistas era considerado de frágil elaboração teórica e pouco apto à pesquisa científica, um campo de trabalho normalmente interessado pelos aspectos técnicos da profissão¹⁰. *Os Fundamentos da disciplina arquivística* contribuiu ainda para o reforço da sensibilidade dos profissionais portugueses do sector, no sentido de realizarem um tratamento integrado da informação orgânica registada, desde a criação até ao destino final dos documentos de arquivo, independentemente da fase do ciclo de vida em que se estes se encontrassem. A “Arquivística integrada”, como é designada esta corrente, de origem quebequense, veio sublinhar, entre nós, a necessidade de alargamento da área de intervenção dos arquivistas, na maior parte das

⁹ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Ver. científica de Pedro Pentead. Lisboa : D. Quixote, 1998; COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel - *A formação e a pesquisa em Arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília : Finatec, 1999 [versão francesa disponível na Internet, no site <http://www.mapageweb.umontreal.ca/couturec/rapport/annexe6.htm> (consultado em 1 de Outubro de 2003)].

¹⁰ LOPES, Luís Carlos - *A Imagem e a sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 12.

situações circunscrita aos arquivos históricos e valorizar, desta forma, a profissão, com base numa orientação teórica “pró-sistémica”¹¹.

No ano seguinte, em 1999, era editado o manual português *Arquivística : teoria e prática...*, que definia claramente a Arquivística como uma disciplina no seio das Ciências da Informação, destinada ao estudo da informação social estruturada em sistemas de arquivo¹². Para os seus autores, esta perspectiva inseria-se numa nova fase, inerente a um novo paradigma científico e pós-custodial da Arquivística, emergente a partir da década de 1980, e numa percepção de “arquivo total” que não se limitava ao estudo restrito do “fundo”, até então dominante, mas antes procurava compreender os sistemas de informação de arquivo do ponto de vista da sua estrutura orgânica, da sua funcionalidade e da sua componente de memória, bem como da sua relação com outros sistemas coexistentes. Para o conhecimento deste objecto, propuseram o uso do método quadripolar, a partir do modelo topológico da prática metodológica de Paul de Bruyne e outros autores, desenvolvidas na primeira metade da década de 1970, “redescoberto” em Portugal, duas décadas depois, principalmente através da sua aplicação ao domínio das Ciências da Educação¹³. Este método propunha que o objecto de estudo fosse compreendido a partir de quatro pólos de abordagem, com relações entre si: os pólos epistemológico, teórico, técnico e morfológico. O primeiro, destinado a definir os referentes à construção do objecto científico e delimitação das problemáticas de investigação associadas; o pólo teórico para a definição de teorias e conceitos operatórios, hipóteses, variáveis, indicadores, modelos, etc.; o pólo técnico para estabelecer a relação entre a construção do objecto científico e o mundo dos acontecimentos, sobretudo pela recolha de dados através de inquéritos, observação e análise documental e respectivo tratamento¹⁴; e o pólo morfológico para formalizar os

¹¹ Sobre esta, cf. o nosso artigo: PENTEADO, Pedro - A Gestão de documentos na arquivística canadiana : o modelo do Quebeque. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 1 (1997) 73-93.

¹² Referimo-nos a SILVA, Armando B. Malheiro da [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Afrontamento, 1999.

¹³ BRUYNE, Paul de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE - *Dynamique de la recherche en Sciences Sociales*. Paris : Presses de l'Université de France, 1974; LESSARD-HEBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald, *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

¹⁴ Em parte, alguns destes procedimentos já eram utilizados no processo de trabalho arquivístico, mas não eram integrados numa leitura científica deste domínio, encarado sobretudo numa perspectiva tecnicista pseudo-neutra.

resultados da pesquisa efectuada sobre o objecto. Associada a esta proposta encontrava-se uma terminologia inovadora¹⁵.

Dois dos autores deste estudo, Fernanda Ribeiro e Malheiro da Silva deram ainda contributos inovadores em estudos realizados em data posterior, principalmente no domínio da avaliação¹⁶ e do ensaio epistemológico. O mais importante deles veio a público há cerca de um ano. Trata-se da obra *Das "Ciências" Documentais à Ciência da informação*, escrita após uma reflexão desenvolvida no seio de um grupo de docentes e investigadores. Na obra, os autores consideravam a passagem enunciada no título como estando associada a uma mudança de paradigma - do técnico-custodial para o científico e pós-custodial e definiam a Ciência da Informação (CI) como a área disciplinar cujo objecto está centrado no conhecimento dos sistemas de informação social e da sua dinâmica. Consideravam ainda que a Arquivística apenas poderia ser entendida como uma especificação teórico-prática da CI, constituindo uma mudança assinalável relativamente ao que tinham defendido, com outros autores, no manual de 1999¹⁷. É deste último e estimulante ponto de chegada, que nós partimos, numa postura experimental, para a abordagem a que nos propusemos.

2. As organizações e os seus sistemas de arquivo

Começamos por alguns pressupostos sobre o estudo das organizações e dos seus sistemas de arquivo. O primeiro relaciona-se com o nosso conceito de organização, que vamos buscar a alguns autores de referência da Teoria das organizações, nomeadamente

¹⁵ Esta terminologia teve uma primeira sistematização em SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - A Avaliação em arquivística : reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 5 (2000), 57-113 (sobretudo nas p. 91-92).

¹⁶ Referimo-nos, em primeiro lugar, ao artigo citado na nota anterior. Nele, os autores consideram a avaliação em Arquivística como uma operação metodológica enquadrada no pólo técnico, "e não como um mero procedimento técnico orientado para separar documentos desprovidos de "valor secundário". Por outro lado, apresentam um conjunto de critérios de avaliação da informação social em sistemas de arquivo, entretanto aplicados na Reitoria da Universidade do Porto (sobre este caso, cf. RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *Universidade do Porto : estudo orgânico-funcional : modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Com a colab. de Rute Reimão. Porto : Reitoria da Universidade, 2001 e RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *O Sistema de informação arquivística da Universidade do Porto : potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente*. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 11 (2003) 79-99.

¹⁷ Este e outros aspectos foram salientados por nós na recensão que realizámos para os Cadernos BAD (no prelo), intitulada: SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda - *Das "ciências" documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002 [existe versão disponível na Internet, no site <http://www.terravista.pt/Nazre/1075/CDCI.pdf>

a Mintzberg e a Chiavenato¹⁸. Assim, por organização entendemos toda a entidade social composta de pessoas que trabalham em conjunto, deliberadamente estruturada numa divisão de trabalho, com um mecanismo de coordenação, a qual tem, normalmente, como objectivo comum a prestação de produtos e/ou serviços que visa a satisfação de necessidades sociais. Gareth Morgan demonstrou que estas organizações podem ser perspectivadas como máquinas, organismos, cérebros, etc., mas não se confundem com nenhum dos referidos pontos de vista, que podem estar associados a diferentes teorias, usadas para a compreensão das organizações e para fazer face aos desafios da sua gestão¹⁹.

Este artigo pressupõe o conhecimento destas formulações teóricas, principalmente da teoria sistémica, bem como do conceito de sistema e as características que lhe estão inerentes (a abertura, a complexidade, a finalidade, o processamento, a totalidade, os fluxos, a regulação, a retroacção, o equilíbrio e a entropia)²⁰.

A nossa perspectiva sistémica de organização e de arquivo pode ser sintetizada com base nos seguintes aspectos:

1. A organização constitui um sistema aberto²¹, em constante interacção com o seu meio ambiente (supra-sistema), ao qual tem de se adaptar para sobreviver. Dele recebe os recursos e outros *inputs* que transforma em produtos e serviços. O meio que envolve as organizações pode ser dividido, por uma questão de facilidade analítica, em micro e macroambiente. No primeiro encontram-se, entre outras, os fornecedores, os utilizadores, as organizações que trabalham em áreas afins e que podem assumir-se como concorrentes e/ou colaboradoras, bem como, as agências de regulação e controle, frequentemente de âmbito governamental. Tudo isto é enquadrado no referido macroambiente, mais geral, definido por variáveis políticas, económicas, tecnológicas,

(consultado em 1 de Outubro de 2003)].

¹⁸ MINTZBERG, Henry - *Estrutura e dinâmica das organizações*. 2.ª ed. Lisboa : D. Quixote, 1999; CHIAVENATO, Idalberto - *Administração nos novos tempos*. 2.ª ed. Rio de Janeiro : Campus, 1999, entre outras obras da sua autoria.

¹⁹ Cf. MORGAN, Gareth - *Images de l'organisation*. Nova ed. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval; Bruxel-les : De Boeck, 1999.

²⁰ Seguimos, com algumas alterações, a síntese apresentada na obra de BERTRAND, Yves; GUILLEMENT, Patrick - *Organizações : uma abordagem sistémica*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. p. 27-56.

²¹ CHIAVENATO, Idalberto - *Op. cit.*, p. 76. A perspectiva defendida em ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de - *Sistemas de informação : nova abordagem teórico-conceitual*. *Ciência da Informação*. 24:1 (1995) 24, merece alguma atenção. [Existe versão disponível na Internet, no site <http://www.ibict.br/cionline/240195/24019507.htm> (consultado em 1 de Outubro de 2003). Segundo a autora, baseada em Afanasiev, na realidade não existem sistemas abertos nem fechados porque todos estão sujeitos às mesmas leis da entropia.

sociais, culturais, etc., que configuram o contexto de funcionamento organizacional²² (cf. fig. 1).

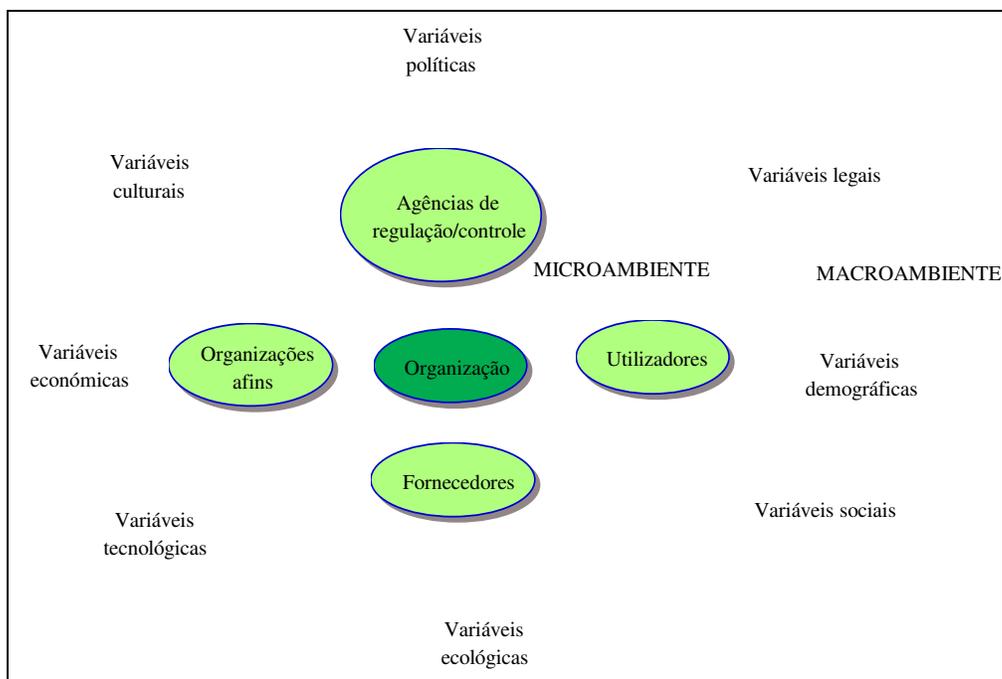


Fig. 1 – Micro e macro-ambiente das organizações

2. A organização é um sistema composto de subsistemas, incluindo o de informação, no qual, entre outros aspectos, é gerido este recurso essencial às organizações. O subsistema de informação de arquivo é, pois, uma subdivisão específica deste. Neste estudo, vamos considerá-lo, para efeitos analíticos, como um sistema integrado em suprasistemas²³. Utilizaremos, por

²² Cf. CHIAVENATO, Idalberto – *Op. cit.*, p. 78-79. Existem ainda outras posições, como a de Jauch e Glueck, citados por CHOO, Chun Wei - *Gestão da informação para a organização inteligente : a arte e explorar o meio ambiente*. Lisboa : Caminho, 2003. p. 118. Na comunicação que levámos ao Colóquio “Do documento à informação”, foi apresentado um esboço do micro e macro-ambiente organizacional das Misericórdias na actualidade, complementando os itens genéricos do esquema da fig. 1 com dados específicos. Assim, junto de “Agências de regulação/controlre” poderia ler-se “Ministério da Segurança Social e do Trabalho; Diocese; ...”. Da mesma forma, nas variáveis demográficas, por ex., encontravam-se dados como o prolongamento da esperança média de vida e o recuo do envelhecimento biológico. Este tipo de esquemas, aplicado às diferentes conjunturas históricas do funcionamento das Misericórdias, será incluído na nossa dissertação de doutoramento, actualmente em elaboração.

²³ Estes podem também ser designados por supersistemas, segundo Piero Mella. Este autor refere-se ainda aos conceitos de ambiente interno e de macrosistema, que podem ainda ser enquadrados no esquema que apresentamos (MELLA, Piero - *Dai sistemi al pensiero sistémico : per capire i sistemi e*

isso, a expressão “sistema de informação de arquivo” para o designar²⁴.

3. O esquema seguinte fornece uma primeira aproximação aos elementos que compõem, do nosso ponto de vista, a maior parte dos referidos sistemas de informação de arquivo, (que designaremos também, abreviadamente, por SIA), em contexto organizacional²⁵.

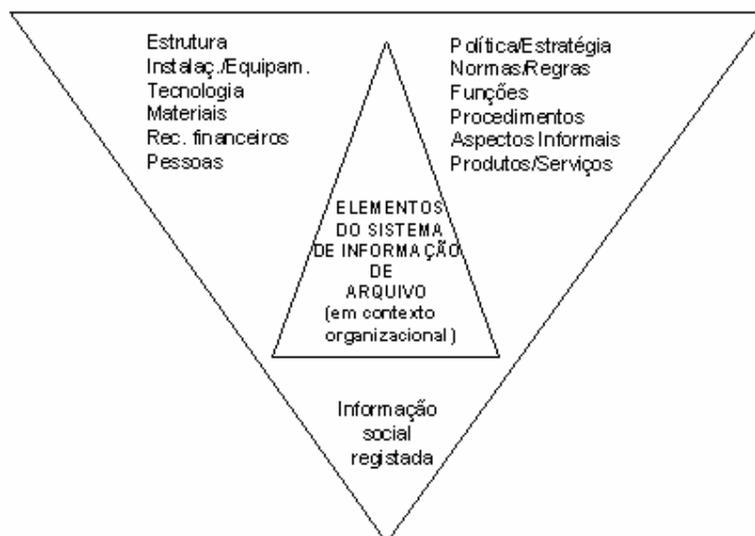


Fig. 2 – Elementos do sistema de informação de arquivo (em contexto organizacional)

Os referidos sistemas de informação, têm como principal objectivo o controle e o processamento da informação social registada que é produzida, recebida e acumulada por uma organização, no contexto das suas actividades, com vista à sua utilização por usuários devidamente autorizados. A informação assim definida, constitui, obviamente, um primeiro elemento do sistema. Se repararmos na figura, corresponde à parte mais próxima do vértice invertido do triângulo principal. Uma parcela considerável da

pensare com i sistemi. Milano : Franco Angeli, 1997).

²⁴ Sobre a abordagem sistémica aplicada aos arquivos, cf., entre outros, JARDIM, José Maria - *A Periferia sem centro : os arquivos como sistema*. Brasília : Arquivo Público do Distrito Federal, 1995.

²⁵ O esquema da fig. 2 encontra-se ainda em processo de estudo e aprofundamento, sendo possível que surjam desenvolvimentos dele na dissertação de doutoramento que preparamos. Não incluímos nesta versão o caso das instituições que têm como missão principal a preservação e valorização de sistemas desactivados e que se assumem como centros de arquivos, como a Torre do Tombo ou os arquivos distritais, para empregar a terminologia de SILVA, Armano Malheiro da [e tal.] – *Op. cit.*, p. 216-217.

memória organizacional coincide normalmente com este elemento, desde que garantidas determinadas condições do seu processamento.

Entre os outros elementos de um SIA, destacamos a sua estrutura orgânica, que pode ser unicelular ou pluricelular, consoante o arquivo seja gerado por uma entidade sem divisões sectoriais ou faça parte de uma organização mais complexa em que se constate a necessidade de ser dividido em diversos sectores²⁶. É a este nível que se pode observar uma maior relação entre a estrutura da organização, no geral, e a do arquivo, em particular. Através da sua análise, podemos verificar que sectores têm autoridade e responsabilidade, na organização, para processar a informação de arquivo.

Fazem também parte do sistema as instalações, equipamentos, meios tecnológicos e materiais e recursos financeiros necessários ao seu funcionamento, bem como as pessoas envolvidas nele. Um SIA pode ainda ser caracterizado por elementos que permitem definir as condições em que se processa a sua actividade. Um deles corresponde às funções que executa para atingir o seu objectivo (recolher, organizar, armazenar, recuperar e difundir informação para uso), incluindo as funções de controlo do sistema ou do subsistema de informação de arquivo que estiver em análise. Aqui, é possível verificar se o controle e processamento ocorrem de modo centralizado ou descentralizado, bem como os circuitos definidos a este nível. Este elemento conjuga-se com os procedimentos em curso para que um SIA atinja o seu funcionamento eficaz, que podem estar estabelecidos através de regras e de acordo com normas internas e externas, indo (ou não) ao encontro de políticas e estratégias organizacionais ao nível da gestão da informação de arquivo. O funcionamento pode ainda ser afectado por aspectos informais que não podemos deixar de ter em conta (basta pensar, por ex., nas relações de solidariedade e conflituosidade entre pessoas, que podem alterar as regras estabelecidas). No sistema podem-se incluir ainda alguns produtos ou serviços informacionais que apoiam, eles próprios, as actividades de processamento da informação de arquivo (ex.: instrumentos de pesquisa).

As acções de avaliação de desempenho de um SIA podem ser integradas no quadro do seu funcionamento, junto de quem possui o controle dele (ou dos seus sectores), ou passar por outras soluções, não consideradas no esquema, que, como referimos, se encontra em desenvolvimento.

4. Os elementos apresentados traçam múltiplas relações entre si e com elementos

²⁶ SILVA, Armando. Malheiro da – *Op. cit.*, p. 214-215.

de outros sistemas, no interior e no exterior das organizações.

5. Os SIA e as respectivas organizações a que pertencem têm um percurso diacrónico, que testemunha, entre vários factores, as necessidades e os esforços de adaptação a mudanças internas e externas. As suas configurações e relações actuais são diferentes das do passado e marcam as respectivas identidades. Este aspecto torna mais exigente a investigação, nomeadamente nos casos de organizações multisseculares, em que é necessário um esforço de reconstituição sistémica aplicada a situações pretéritas, mais longínquas e para as quais o esforço de recolha de dados é maior, obrigando a recorrer à análise documental. É o que sucede, por exemplo, no caso das Santas Casas da Misericórdia, que passamos a apresentar.

3. O caso das Misericórdias: alguns dados e reflexões

No que diz respeito a estas instituições, começamos por fornecer alguns dados de contexto, passando depois para a definição de várias tendências da sua configuração orgânico-funcional, na actualidade. Por último, passamos à descrição e análise de algumas situações-problema que encontramos nos respectivos SIA, bem como à apresentação de algumas reflexões, com base nos primeiros resultados da pesquisa que estamos a realizar. Pretende-se que estes possam estar disponíveis, desde já, para um primeiro debate sobre as vias de qualificação destes sistemas, que devem constituir também objecto de investigação.

Sobre as Misericórdias, os pesquisadores do seu sistema de arquivos devem ter presente os seguintes aspectos:

1. São actualmente cerca de 390, distribuídas por todo território nacional – continente e ilhas, existindo em quase todos os concelhos;
2. Como referimos na introdução, a maior parte das organizações que adopta esta designação (mais de 90%) tem o estatuto de associações de fiéis e de instituições particulares de solidariedade social (IPSS's), o que define o seu posicionamento, respectivamente, face à legislação canónica e estatal;
3. Todas têm autonomia jurídica, compromisso ou estatutos próprios e procuram praticar a solidariedade social e realizar obras de culto católico. Geralmente, são constituídas por uma Assembleia Geral, uma Mesa Administrativa e um Conselho Fiscal ou Definitório. São governadas pela Mesa Administrativa,

composta frequentemente por um provedor, que preside ao órgão, um vice-provedor, um secretário, um tesoureiro e um vogal (mesários). A maior parte das Santas Casas integra a União das Misericórdias Portuguesas, confederação que agrupa este tipo de instituições na defesa dos seus direitos, principalmente perante o Estado e a Igreja. Algumas fazem também parte da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

4. A maioria das Misericórdias existentes (mais de 80%) surgiu e funcionou durante o Antigo Regime. Foram criadas na sequência do aparecimento da Misericórdia de Lisboa, em 1498, como confrarias encarregues da prática das obras de caridade, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia e sob o impulso e/ou protecção régia²⁷;
5. No seu percurso histórico, muitas das Santas Casas aglutinaram diversas instituições locais, principalmente outras confrarias e irmandades;
6. A partir da década de 1560 e ao longo dos séculos seguintes a maior parte das Misericórdias foi assumindo funções de apoio hospitalar às populações, que se tornaram a face mais visível da sua acção. No início da década de 1970, as Misericórdias possuíam um hospital central (Porto), todos os regionais e a quase totalidade dos subregionais do país²⁸;
7. Após o 25 de Abril, dois diplomas legais retiraram a administração dos hospitais às Santas Casas e obrigaram-nas a reverem o seu campo de actuação social e a reorientarem-se para novas formas de apoio às comunidades onde se inseriam, sob pena de serem extintas²⁹;
8. Esta reorientação marca a fase actual da vida das Misericórdias que, maioritariamente com o apoio do Estado, têm procurado desenvolver respostas sociais em diversos domínios onde essas carências se manifestam. A intervenção

²⁷ Sobre uma história destas instituições até ao século XVIII, breve mas segura, cf. a obra de SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa : Livros Horizonte, 2001. Cf. ainda LOPES, A. - *As Misericórdias... ou a nossa síntese Misericórdias* (nos séculos XIX-XX). In: AZEVEDO, Carlos A. M., dir. - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores ; Centro de Estudos de História Religiosa, 2001. vol. 4, p. 457-459.

²⁸ Cf. FONSECA, Carlos Dinis da - *História da actualidade das Misericórdias*. Lisboa : Ed. Inquérito, 1996. p. 204.

²⁹ Referimo-nos ao Dec.-Lei n.º 704/74, de 7 de Dezembro e ao Dec.-Lei n.º 618/75 de 11 de Novembro. O primeiro decretava que os hospitais centrais e distritais das Misericórdias passassem a integrar a rede nacional hospitalar, tivessem autonomia administrativa e financeira e passassem a ser gerido por comissões administrativas. As Misericórdias deveriam continuar a ser proprietárias dos edifícios hospitalares, mas a sua utilização pelo Estado deveria ser feita a título gratuito. O segundo diploma aplicava aos hospitais concelhios de pessoas colectivas de utilidade pública diversas disposições do Dec.-Lei n.º 704/74.

mais importante das Misericórdias é no domínio da ajuda à Terceira Idade, para o qual está vocacionada a maioria dos equipamentos sociais disponibilizados pelas Santas Casas (57%). Mas muitas delas possuem ainda valências destinadas ao apoio à infância e à juventude (creches, estabelecimentos de ensino pré-escolar e centros de actividades de tempos livres) (40%)³⁰;

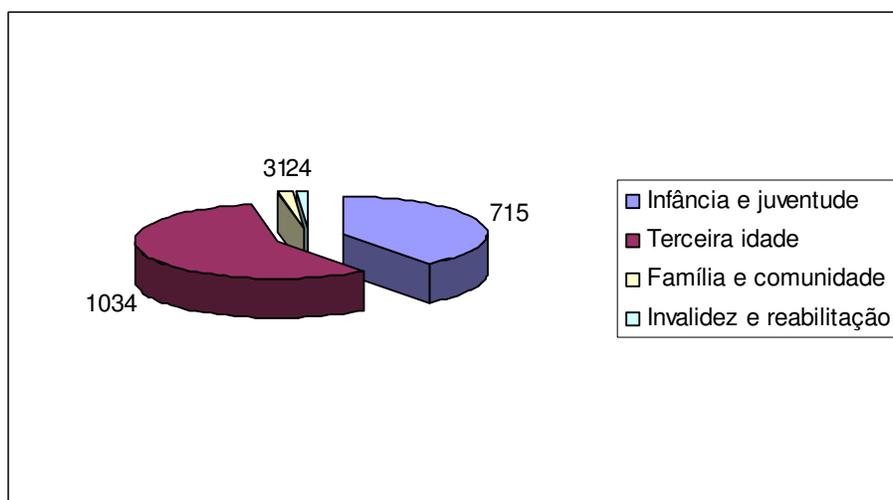


Fig. 3 – Quantidade de equipamentos das Misericórdias por área de intervenção social (1997)³¹

9. Outro traço característico da actualidade das Misericórdias é o da diversidade de áreas de actuação junto das comunidades onde se inserem, aspecto que tem vindo a tornar-se cada vez mais evidente, desde os anos 80. A sua intervenção é notória nos domínios económico (com a gestão de microempresas e caixas económicas), da educação e da formação e inserção profissional (escolas básicas, escolas profissionais, clubes de emprego, “univas”, empresas de

³⁰ BARROS, Carlos; SANTOS, José C. Gomes dos, - *As Misericórdias portuguesas no início do milénio*. Lisboa : Ed. Vulgata, 2000.

inserção, estágios, etc.) e do desenvolvimento de projectos sociais (ajuda alimentar a carenciados, Rendimento Social de Inserção³², etc.). Constatase ainda o “retorno” gradual das Misericórdias à prestação de serviços na área da saúde (hospitais de retaguarda, farmácias, postos de enfermagem, etc.), para além da sua crescente actividade na gestão de bens culturais (praças de touros, cinemas, museus, bibliotecas e arquivos históricos, etc.) e na valorização e difusão do seu património cultural.

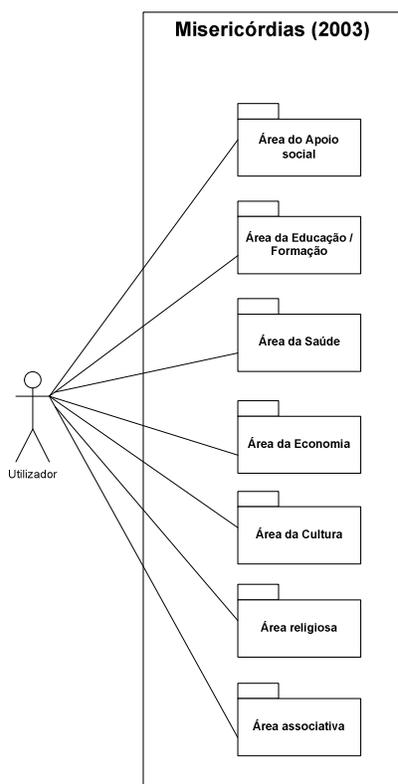


Fig. 4 – Pacotes de casos de utilização relativos às Misericórdias portuguesas (2003), elaborados com base na UML

³¹ Baseado em UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS - *As Misericórdias...*, vol. 2, p. 100.

³² O Rendimento social de inserção foi criado pela Declaração de rectificação n.º 7/2003, de 29 de Maio de 2003, que revogou, a partir de 28 de Junho deste ano, o Rendimento mínimo garantido.

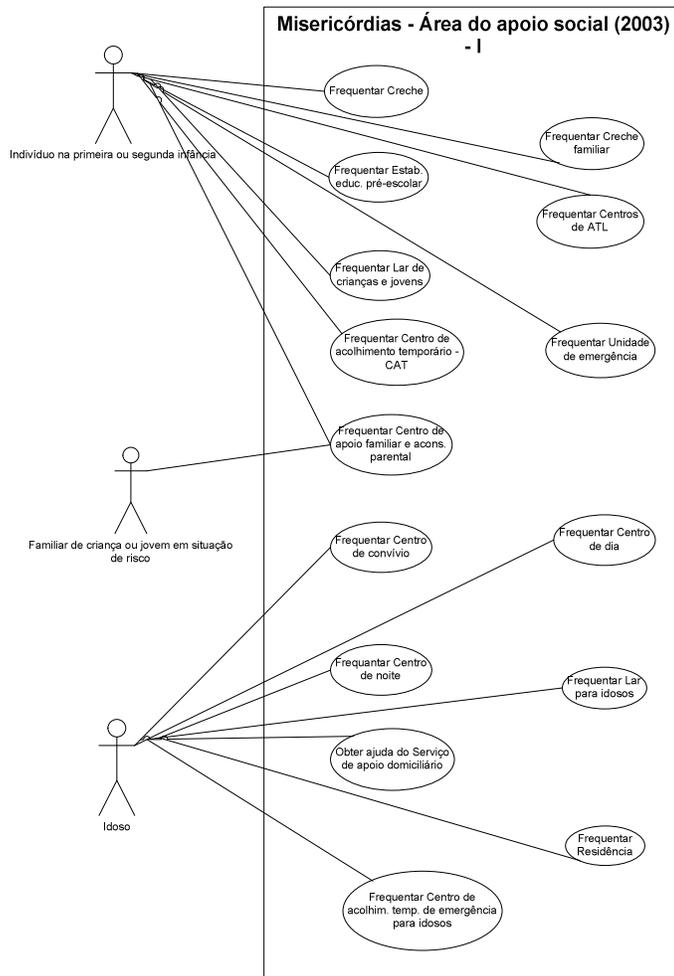


Fig. 5 - Primeiro diagrama UML de casos de utilização que desdobra o pacote relativo à acção das Misericórdias portuguesas na área do Apoio Social (2003) e indica os tipos de utilizadores que recorrem aos seus serviços

O desenvolvimento da actual missão das Misericórdias efectua-se num ambiente cada vez mais dinâmico em que estas, na maior parte dos casos³³, deixaram de ter a posição a privilegiada que dispunham até à década de 1970, quando eram consideradas

³³ No exemplo demonstrado, (fig. 6), verifica-se a excepção do concelho da Nazaré, onde a instituição em análise continua sem grande concorrência de outras entidades similares, nos domínios de intervenção social analisados.

instituições equiparadas a institutos de assistência estatal nos respectivos concelhos³⁴. Hoje, a sua actuação faz-se em concorrência com entidades similares, na captação de associados, prestígio, doadores e, principalmente, de recursos financeiros das comunidades onde se inserem e do Estado. Este aspecto torna-se mais evidente na actual conjuntura de recessão, em que os financiamentos públicos e o mecenato e ajuda

Concelho	N.º de IPSS's	N.º de Miser.*	N.º de estab. educ. pré-escolar (públ./priv.)	N.º de estab. educ. pré-escolar da(s) Miser.*	N.º de utentes estab. educ. pré-escolar (públ./priv.)	N.º de utentes es-tab. educ. pré-escolar da(s) Miser.*	Percentagem de cobertura utentes / pré-escolar da(s) Miser.*
Concelho da Nazaré	3	1	7	1	289	120	41,5%
Concelho de Sintra	51	1	134	3	6733	246	3,6%
Concelho de Torres Vedras	23	2	47	1	1547	120	7,8%

privada se restringem.

Fig. 6 – Quadro comparativo da importância das Misericórdias em três concelhos da Estremadura (final da década de 1990)

* - Misericórdia(s) ou entidade(s) similar(es)

Os factores referidos acentuam a necessidade de uma administração eficaz e de uma correcta gestão da informação que possibilite a captação da que se manifesta pertinente e actualizada sobre o meio envolvente, o controle da informação associada aos processos de negócio, o uso desta para uma correcta avaliação de desempenho, etc. A informação de arquivo tem, neste enquadramento, particular importância, permitindo obter vantagens competitivas e elevar padrões de qualidade neste tipo de organizações que, como demonstrou Peter Drucker, não pode deixar de se pautar por padrões

³⁴ FRAZÃO, A. C. Amaral - *Manual de orgânica administrativa e assistência social*. Lisboa : [s.n.], 1952. p. 100. O primeiro sinal da alteração da posição hegemónica das Misericórdias é de 1971, quando foi publicado o Dec.-Lei 413/71, de 23 de Setembro, definindo que a política de saúde e de assistência social concelhia deveria passar a ser assegurada pelos centros de saúde, serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência. A reacção das Misericórdias encontra-se em *CORPORAÇÃO DA ASSISTÊNCIA - Parecer sobre o projecto do estatuto das instituições particulares de assistência*. [S. l.], 1971 (o exemplar que consultámos está na Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras).

profissionais de gestão³⁵.

10. Para cumprir a sua missão, as Misericórdias têm optado por estruturas orgânicas que variam consoante o caso em análise, atendendo a factores como o estilo de liderança, a dimensão institucional, o âmbito de intervenção social, etc. Contudo, parece ser possível constatar uma tendência maioritária, acentuada na última década, em que se deu um crescimento moderado destas instituições. Trata-se de uma tendência para a departamentalização funcional, à medida que as Santas Casas alargam os seus campos de intervenção e expandem as suas valências, colocando técnicos especialistas na gestão dos diferentes sectores, ou por exigência do Estado (como sucede, por ex., nos requisitos de funcionamento de determinados equipamentos sociais subsidiados), ou por opção própria. Em alguns casos, junta-se a esta situação a criação de, pelo menos, mais um nível de poder e responsabilidade na organização, com a introdução da figura dos directores gerais, que administram a maior parte dos serviços em nome dos mesários, geralmente com disponibilidade reduzida para gerir estas instituições, em processo de complexidade crescente.

Do ponto de vista da estrutura do sistema de informação de arquivo, e esta tendência para uma departamentalização funcional nas Misericórdias que se encontram em expansão corresponde uma estrutura pluricelular de arquivo, acompanhada de uma crescente descentralização física e de autoridade e responsabilidade sobre a documentação arquivística. Em alguns casos, factores de natureza geográfica reforçam esta tendência, dado que a sede e os novos edifícios das valências estão em locais separados. Nas situações em que as células de arquivo pululam, tal não significa que tenham um controle sobre toda a informação que devem gerir. Na pesquisa que realizámos para a área do Patriarcado de Lisboa, constatámos apenas dois casos (menos de 10% da população em estudo) em que, apesar da descentralização física dos arquivos, se efectuava um controle centralizado da informação pertinente para a tomada de decisão, através de meios tecnológicos, junto da Mesa ou da Direcção Geral.

A situação mais frequente é, pois, a das Misericórdias que possuem uma perspectiva sectorial e fragmentada da informação necessária para a sua gestão. A tal ponto que, por

³⁵ DRUCKER, Peter - *As Organizações sem fins lucrativos*. Lisboa : Difusão cultural, 1993 (sobretudo p. 78). Sobre os aspectos referentes à qualidade, cf. o recente *Programa de cooperação para o desenvolvimento da qualidade e segurança das respostas sociais*, que envolve componentes informacionais associados à avaliação da qualidade. O Programa foi assinado entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) e a UMP, em 7 de Março de 2003 [encontra-se disponível na Internet, no site <http://www.ump.pt>, em área de acesso condicionado (consultado em 1 de Outubro de 2003)].

vezes, actores de sectores orgânicos que intervêm no mesmo processo de negócio são incapazes de indicar que tipo de informação é utilizada e como esta é gerida por outras pessoas, no interior da instituição³⁶. Este problema pode mesmo ocorrer em processos que o Estado definiu e orientou, no início da década de 90, com a elaboração de guiões pró-normativos para o funcionamento de determinadas valências subvencionadas. Referimo-nos a guiões que, por vezes, os actuais serviços técnicos de apoio social das Santas Casas desconhecem e a indicações que os centros regionais e locais do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) do MSST, que se relacionam mais directamente com as Misericórdias, reconhecem não ter força para impor³⁷.

Para reforçar esta perspectiva sectorial da informação, constata-se ainda:

1. A existência de subsistemas com informação de arquivo que raramente é utilizada na gestão corrente da instituição, apesar de alguma dela poder ser, ainda hoje, de grande interesse para a organização e para terceiros, a título informativo ou probatório. Pode encontrar-se ainda em locais secundários dos edifícios dos serviços administrativos (caves, sótãos), no exterior e/ou em depósitos específicos, designados por arquivos intermédios, como sucede na Santa Casa de Cascais, por exemplo. Na maior parte dos casos, trata-se de documentação que, à medida que deixou de ter uso frequente, passou a não ser convenientemente tratada e controlada. Este facto, juntando às condições físicas em que a maior parte das vezes esta documentação se encontra, torna-a de difícil recuperação e utilização. São, pois, subsistemas abandonados (em degradação), cuja informação arquivística, por vezes é a única, de carácter registado, que existe nas instituições. Tende, por estes factores, a corresponder a áreas actuais de amnésia organizacional.
2. Para ultrapassar este problema, é necessário recorrer a intervenções especializadas que implicam investimento organizacional no tratamento dessa informação, o envolvimento de equipas com arquivistas e grande esforço desta na recuperação de contextos informacionais anteriores, com a ajuda de antigos funcionários, mesários, etc. Uma das raras instituições que, na área do Patriarcado de Lisboa, empreendeu uma acção deste tipo foi a Misericórdia de

³⁶ Detectámos isso, por ex., na Misericórdia de Sintra, quando se procedia ao levantamento de circuitos da informação de arquivo e à elaboração de fluxogramas representativos do processo de admissão de crianças nos jardins escola da instituição, para modelar com base na UML.

³⁷ Esta perspectiva baseia-se em entrevistas realizadas com técnicos daquele Instituto, em Junho de 2003.

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Hospital	■																													
Ação Social																														
Serviço Ambulatório - tensão arterial																														
Serviços Culturais																														
Arquivo Histórico																														
Galeria de Arte																														
Farmácia	■																													
Ações Comunitárias																														
Obser. Social do Casal de S. José																														
Obser. Social do Pendão																														
Obser. Social de Casal de Cambra																														
Obser. Social do Bairro 1.º de Maio																														
Obser. Social do Bairro Joaquim Fontes																														
Formação Profissional																														
UNVA																														
Empresa de Inserção Profissional																														
ATL D. Rodrigo C. Pereira (S. Pedro)																														
ATL Dr. Augusto França (Cdares)																														
Infant. / Creche Dr.ª Maria da Luz Sobral																														
Infant. / Creche Maria Eva Nunes Corrêa																														
Infantário "Casa dos Pequerrinos"																														
Refeitório Social																														
Centro de Dia Rui Cunha																														

■ - "Arquivo corrente" do serviço; ■ - "Arquivo intermédio"; ■ - Localização desconhecida.

Fig. 7 - Controle da localização da documentação arquivada por cada sector orgânico - S.C.M. de Sintra (Jun. 2003)

³⁸ Sobre a perspectiva com que o trabalho foi iniciado, cf. PENTEADO, Pedro [et al.] - A Identificação e a avaliação da documentação acumulada nas Misericórdias: o caso de Sintra. In *Jornadas de Estudo "As Misericórdias como fontes culturais e de informação"*, 1 Penafiel, 2002 (CD-ROM). O texto encontra-se também disponível na Internet, no site <http://planeta.ip.pt/~ip240842/artigos1.htm> (consultado em 1 de Outubro de 2003).

Para além deste tipo de subsistemas de informação de arquivo, constata-se, por vezes, a existência de um outro onde se reúne, trata e serve, de forma apartada, a documentação considerada com interesse histórico. Do ponto de vista da sua estrutura, enquadram-se, por vezes, num sector orgânico com a função de salvaguarda e valorização da “documentação histórica” das Santas Casas – o arquivo histórico.

Na área do Patriarcado de Lisboa, por ex., apesar de várias anteriores³⁹, apenas as Misericórdias de Sintra, Cascais, Ericeira⁴⁰ e Vila Franca de Xira possuem instrumentos de pesquisa para recuperar a informação que consta nestes subsistemas e utilizam-nos com sucesso na localização da informação.

Em Sintra, o sector orgânico do Arquivo histórico assumiu ainda a gestão do designado Arquivo intermédio da instituição, onde se encontra uma equipa de Projecto, sob nossa co-orientação, que está a procurar identificar a documentação ali existente e também diagnosticar a situação do subsistema de informação de arquivo usado correntemente pelos serviços. Apesar desta orientação dos trabalhos, que visa, entre outros aspectos, um recenseamento global da informação de arquivo existente na organização, a verdade é que, mais de um ano depois do início do referido Projecto, o conhecimento relativo à localização da documentação produzida, recebida e acumulada por cada sector orgânico, no decurso da sua actividade, ainda apresenta lacunas, como se pode verificar pelas manchas pretas existentes no quadro que apresentamos (cf. fig. 7).

Nas Misericórdias portuguesas é possível também constatar a ausência ou escassez de instrumentos que permitem controlar a informação de arquivo que existe em todo o sistema. Por outro lado, quando existem, referem-se geralmente parcelares e a sua qualidade nem sempre é a desejável, do ponto de vista arquivístico. Em concreto, os instrumentos de pesquisa relativos aos subsistemas de arquivo assinalados não associam de forma conveniente a informação arquivada à estrutura orgânica e à actividade no decurso da qual ela foi produzida, recebida e acumulada, no respeito pelo contexto da

³⁹ Sobre estes, cf. PENTEADO, Pedro - As Misericórdias: contributo para um guia dos arquivos. In PAIVA, José Pedro, coord. - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum : fazer a História das Misericórdias*. Lisboa : UMP/CEHR, 2002, p. 121-128.

⁴⁰ MARQUES, José Alberto S. - *Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira : sete séculos de memória : guia*. Ericeira : Mar de Letras, 1998.

sua utilização original⁴¹. A Misericórdia de Sintra, no âmbito do Projecto que referimos, constitui uma das excepções, a este nível (cf. anexo I).

Apesar da situação actual dos sistemas de arquivo das Misericórdias começar a ser melhor conhecida, através das mais recentes investigações e trabalhos de natureza arquivística, a verdade é que ainda há muito a fazer para estes possuam a configuração orgânica e a funcionalidade adequadas, de modo a tornarem-se mais eficazes no apoio à gestão destas organizações. Nesse redesenho, é necessário que os sistemas de arquivo assentem numa perspectiva global da informação que deve existir disponível na organização e na utilidade que esta pode ter na definição da identidade e das estratégias de adaptação das Misericórdias ao meio. Ao mesmo tempo, devem tornar-se independentes de terceiros, pois é preciso não esquecer que, nestas instituições, é frequente as Mesas serem eleitas de 3 em 3 anos e a flexibilidade do emprego que caracteriza o mundo do trabalho poder, a qualquer momento, levar à perda de elementos-chave no processo de gestão da informação de arquivo das Santas Casas. Este tipo de informação deve, pois, formar repositórios que sedimentam e potenciam o conhecimento organizacional. Os requisitos e os modos como se podem construir sistemas de arquivo com estes objectivos, nas Misericórdias, bem como os esforços para os implementar, abrem hoje novos desafios à investigação.

⁴¹ Sobre o tipo de associação a estabelecer nestes casos, cf. o estudo modelar de RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *Universidade do Porto...* (*op. cit.*). Este tipo de abordagem surgiu também como reacção à tendência dominante no país, desde a década de 80, da organização de arquivos à posteriori com base em classificações de teor funcional, aplicadas muitas vezes ao passado, de forma anacrónica, sem ter em conta a estruturação orgânica dos arquivos, nas diferentes épocas.

ANEXO

EXEMPLO 1

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINTRA (1915-1976⁴²)

Estrutura	Competências ⁴³	Séries documentais
Secretário [/Cartorário] ⁴⁴	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar e dirigir o arquivo e toda a escrituração da Misericórdia. - Lavrar ou subscrever as actas das sessões da Mesa. - Lavrar ou mandar lavrar os despachos ou acórdãos nos requerimentos, e subscrevê-los. - Ler ou mandar ler em Mesa a acta da sessão anterior, os requerimentos que tiverem sido apresentados na Secretaria, a correspondência, e prestar os esclarecimentos que pelos vogais da Mesa lhe forem pedidos. - Fazer ou mandar fazer a correspondência que o Provedor 	<ul style="list-style-type: none"> - Actas das sessões da Mesa (...1915-1976...⁴⁵). - Registo de correspondência recebida (...1961 – 1976...). - Correspondência recebida da Comissão de Reapetrechamento dos Hospitais (1963 – 1973). - Correspondência recebida da Comissão Inter-Hospitalar de Lisboa (1962 – 1976). - Correspondência recebida da Direcção Geral dos Hospitais (1962 – 1970). - Correspondência recebida da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (1973 – 1976). - Correspondência recebida da Câmara Municipal de Sintra (...1954 – 1976...). - Correspondência recebida da Comissão Arbitral de Assistência (1972 – 1977).

⁴² Para esta periodização tivemos em conta que foi em 1976 que, por despacho da Secretaria de Estado da Saúde, datado de 6 de Maio, foi homologada a Comissão Instaladora do Hospital concelhio de Sintra, ficando este sob a tutela da Direcção Geral de Saúde, passando o cartorário da Misericórdia para o serviço da referida Comissão. A entrevista que desenvolvemos com este ex-funcionário da Santa Casa, permitiu confirmar que, até então, a escrituração e práticas arquivísticas da instituição eram bastante personalizadas, dependentes dos procedimentos implementados pelos detentores do cargo.

⁴³ Para este efeito, designamos por competência o conjunto de poderes funcionais.

⁴⁴ Embora o compromisso de 1915 atribua ao secretário a responsabilidade quase total pelo funcionamento da secretaria e arquivo e ao cartorário um papel de mero auxiliar (*Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Cintra*. Lisboa, 1915, p. 28), na prática, este tornou-se o verdadeiro responsável pelo sector. Aliás, pode-se afirmar que não existia a uma secretaria até meados dos anos 1970, mas sim um cartório, onde se congregavam funções de secretaria, arquivo, tesouraria, património e economato.

⁴⁵ Corresponde às datas limites das séries produzidas pelo órgão, no período considerado. As reticências significam que a informação em causa continuou a ser gerada e encontra-se guardada em arquivo, devendo ser indicada noutra quadro.

	<p>deve assinar.</p> <p>- Vigiar pelo exacto cumprimento dos deveres do cartorário.</p> <p>- Subscrever as certidões requeridas e ordenadas por despacho do Provedor.</p> <p>- Ter pronta, no dia 30 de Junho, toda a escrituração do ano, para a Mesa prestar contas.</p> <p>- Ter pronto, no dia 31 de Julho, o apanhado da conta da receita e despesa do ano, para ser presente à Mesa e por ela aprovado ou alterado.</p> <p>(...)</p>	<p>- Correspondência recebida da Direcção da Zona Hospitalar do Sul (1959 – 1975).</p> <p>- Copiadores de correspondência expedida (...1915 – 1977...).</p> <p>(...)</p>
--	--	--

EXEMPLO 2

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINTRA (1915-1976)

TÍTULO: *Copiadores de correspondência expedida*

DATAS: ...1915 – 1977...

QUANTIDADE E TIPO DE UNIDADES MATERIAIS: 46 livros e 1 pasta

SECTOR ORGÂNICO PRODUTOR: Secretário / [Cartorário].

ÂMBITO E CONTEÚDO: Série constituída por cópias de ofícios e outro tipo de correspondência enviada para os organismos ministeriais de tutela, para a Câmara Municipal de Sintra e para outras entidades com quem a Santa Casa da Misericórdia manteve relacionamento, no âmbito das suas funções. A expedição da correspondência competia ao secretário, que delegava esta acção no cartorário. Este procedia à cópia manuscrita ou a papel químico da documentação a remeter, arquivada depois em livro ou em pasta. O primeiro procedimento de cópia vigorou até 1939 e o segundo até 1977. A partir de 1971, o cartorário foi auxiliado nesta actividade por oficiais

administrativos.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA: Para a documentação que se encontra no Arquivo histórico, cf. inventário do fundo da Misericórdia de Sintra, da autoria de Carlos Manique, e para a restante, cf. base de dados com descrições da documentação do depósito da Acção Social, ao nível da unidade material.

Datas extremas	Cota	Depósito/arq. ⁴⁶	Tipo de unidade material
1915-1923	SCMS/C/01/Lv05	Arq. Hist.	Livro
[1923 – 1930]	N. Prov. 442	Arq. Interm.	Livro
1930	N. Prov. 441	Arq. Interm.	Livro
1930	N. Prov. 455	Arq. Interm.	Livro
1930-1932	SCMS/C/01/Lv06	Arq. Hist.	Livro
1932-1933	SCMS/C/01/Lv07	Arq. Hist.	Livro
1933-1935	SCMS/C/01/Lv08	Arq. Hist.	Livro
1935-1937	SCMS/C/01/Lv09	Arq. Hist.	Livro
[1937 – 1939]	N. Prov. 458	Arq. Interm.	Livro
1939 – 1941	N. Prov. 447	Arq. Interm.	Livro
1941 – 1942	N. Prov. 737	Arq. Interm.	Livro
1942 – 1943	N. Prov. 456	Arq. Interm.	Livro
[1943 – 1945]	N. Prov. 460	Arq. Interm.	Livro
1945 – 1947	N. Prov. 459	Arq. Interm.	Livro
1947	N. Prov. 452	Arq. Interm.	Livro
[1949 – 1950]	N. Prov. 454	Arq. Interm.	Livro
[1950 – 1951]	N. Prov. 443	Arq. Interm.	Livro
1951	N. Prov. 461	Arq. Interm.	Livro
1952	N. Prov. 556	Arq. Interm.	Livro
1953	N. Prov. 738	Arq. Interm.	Livro
1954	N. Prov. 448	Arq. Interm.	Livro
1955	N. Prov. 559	Arq. Interm.	Livro
1957	N. Prov. 560	Arq. Interm.	Livro
1958	N. Prov. 449	Arq. Interm.	Livro
1959	N. Prov. 699	Arq. Interm.	Livro
1960	N. Prov. 562	Arq. Interm.	Livro
1961	N. Prov. 574	Arq. Interm.	Livro
1962	N. Prov. 450	Arq. Interm.	Livro
1963	N. Prov. 698	Arq. Interm.	Livro
1964	N. Prov. 697	Arq. Interm.	Livro
1965	N. Prov. 696	Arq. Interm.	Livro
1966	N. Prov. 561	Arq. Interm.	Livro

⁴⁶ Nesta representação, a informação de arquivo é localizada independentemente do depósito ou serviço em que se encontra.

1967	N. Prov. 451	Arq. Interm.	Livro
1968	N. Prov. 695	Arq. Interm.	Livro
1970	N. Prov. 700	Arq. Interm.	Livro
1971	N. Prov. 573	Arq. Interm.	Livro
1971	N. Prov. 701	Arq. Interm.	Livro
1972	N. Prov. 572	Arq. Interm.	Livro
1972	N. Prov. 496	Arq. Interm.	Livro
1972	N. Prov. 494	Arq. Interm.	Livro
1973	N. Prov. 703	Arq. Interm.	Livro
1973	N. Prov. 497	Arq. Interm.	Livro
1973	N. Prov. 495	Arq. Interm.	Livro
1974	N. Prov. 558	Arq. Interm.	Livro
1974	N. Prov. 702	Arq. Interm.	Livro
1975	N. Prov. 739	Arq. Interm.	Livro
1976 – 1977	N. Prov. 974	Arq. Interm.	Pasta